

Trajatórias na produção de conhecimento: política de língua, língua e educação patrimonial**Paths in the production of knowledge: language policy, language and heritage education**

Larissa Montagner Cervo¹
Universidade Federal de Santa Maria

Resumo

Neste artigo, dedicamo-nos a um processo de produção de conhecimento que envolve a língua em sua historicidade constitutiva, em se considerando questões atinentes ao político, à história e à memória. O artigo tem como pressuposto teórico-metodológico a Análise de Discurso, em sua articulação com a História das Ideias Linguísticas, e desenvolve-se a partir de percursos de estudo e experiência, que partem da pesquisa e do ensino em torno de política de língua, em direção à organização de um arquivo de língua e à prática vivenciada em uma comunidade quilombola do interior do Rio Grande do Sul e integrante de um Geoparque Mundial da Unesco, que enseja um trabalho de política de língua articulado à educação patrimonial. Com a reflexão, objetivamos reafirmar a importância de nos posicionarmos na contramão de um repetível histórico de práticas universalizantes no tocante à relação língua e sujeito, que tão somente corroboram sentidos de exclusão e segregação.

Palavras-chave: Política de Língua. Língua. Políticas Públicas. Educação Patrimonial

Abstract

In this article, we strove towards a process of knowledge production that involves language in its constituent historicity, considering matters pertaining politics, history and memory. This paper has Discourse Analysis as its theoretical-methodological presupposition, in its articulation with the History of Linguistic Ideas, and develops through the course of study and experience that stems from the research and the teaching around language policy, aimed towards the organization of a language archive and the practice experienced in a quilombola community within the Unesco Global Geopark inner Rio Grande do Sul, which allows for a work of language policy and heritage education. With this consideration, we have as objectives the reaffirmation of the importance of our positioning against a historical repetition of universalizing practices when it comes to language and subject, which only corroborate in a sense of exclusion and segregation.

Keywords: Language policy. Language. Public Policy. Heritage education

¹ Professora associada do Departamento de Letras Vernáculas (DLV) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e pesquisadora do Corpus – Laboratório de Fontes de Estudos da Linguagem. E-mail: larissa.cervo@ufsm.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1799-0210>.

A língua também pode ser percebida como uma ‘roupa familiar’, como parte de uma atmosfera cotidiana na qual ‘habitualmente se vive e habita’ [...].

E, desse modo, por não remeter a nenhum tabu, não mudar de natureza, não apresentar mistério, também não precisa ser questionada, interpretada
(Zandwais, 2008, p. 185)

Pelo vislumbrar de horizontes

Se, como afirma Auroux (1992), o ato de saber possui um horizonte de retrospecto, assim como um horizonte de projeção, é porque o saber constitui-se face a uma memória, em relação à qual (se) inscreve e (se) reorganiza. Por esta via de compreensão, que dimensiona o saber enquanto projeto, na conjunção entre passado, presente e futuro, a reflexão que ora elaboramos não é nem original, tampouco definitiva, mas faz parte de trajetórias de produção de conhecimento que vêm amadurecendo, pouco a pouco, na articulação de caminhos entre pesquisa, ensino e extensão e nos colocando, cada vez mais, frente ao compromisso, como afirma Orlandi (2010), de produzirmos conhecimento com capacidade de resposta às demandas sociais, para tornar possível a projeção dessas demandas na história e a significação de novas práticas.

É pela via deste compromisso, que, neste texto, a partir do pressuposto teórico-metodológico da Análise de Discurso, em sua articulação com a História das Ideias Linguísticas, procedemos a uma reflexão estruturada a partir de percursos de estudo e experiência, que partem da pesquisa e do ensino em torno de política de língua, em direção à organização de um arquivo de língua denominado Banco de Políticas Públicas sobre Língua no Brasil e à prática vivenciada em uma comunidade quilombola do interior do Rio Grande do Sul, reconhecida como Geoparque Mundial da Unesco, que enseja um trabalho de política de língua articulado à educação patrimonial. As trajetórias e as inquietudes vivenciadas vinculam-se a um grupo de pesquisa dedicado à língua em sua historicidade constitutiva, em se considerando questões atinentes ao político, à história e à memória. Com a reflexão, objetivamos reafirmar - e compartilhar - a importância da pesquisa, do ensino, da aprendizagem pela diferença (Scherer, 2021) para o trabalho com a língua na relação com o sujeito, na constituição de identidades e memória, posicionando-nos, assim, na contramão de práticas universalizantes, que se assentam em um histórico e repetível ideal de língua a ser imposto de forma indiferente a todos e a qualquer um.

Por pontos das trajetórias que se fazem de partida

Na ilusória demarcação de um começo assinalável para esta escrita, que, como situamos, se dará em uma perspectiva de percurso, na estreita relação entre memória e projeto, situamos o embrião de nossos empreendimentos em reflexões propostas a partir de uma disciplina complementar de graduação denominada Políticas de Línguas, ofertada desde o ano de 2017 para os cursos de licenciatura em Letras da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). A disciplina, tal como o seu próprio nome propõe, envolve a compreensão de tomadas de posição a respeito da língua na e pela história, com o objetivo

de abordar a historicidade de línguas no Brasil, na interface com processos de produção de conhecimento, com a constituição da língua nacional e com questões de identidade e memória. Trata-se, nesse sentido, de um espaço, na formação inicial, que possibilita confrontar evidências a respeito da língua portuguesa e produzir gestos de interpretação que deslocam a reflexão, no eixo da formação em estudos linguísticos, dos modos como devemos apreender a língua e ensiná-la, em direção à reflexão a respeito da significação contraditória do que nos constitui e que é, ao mesmo tempo, objeto de nossas práticas de ensino e pesquisa.

Política de língua não é uma teoria, e sim uma noção que começa a ser trabalhada com mais visibilidade no campo discursivo ainda no final do século XX, momento em que se sedimentam as bases necessárias à projeção da Análise de Discurso em colaboração com a História das Ideias Linguísticas, para o posterior estudo da constituição da língua nacional, de forma articulada com a história da produção do conhecimento metalinguístico no Brasil². Trata-se, neste estágio dos programas de pesquisa correlatos, particularmente de uma noção mobilizada em estudos que se dedicavam prioritariamente ao português na relação com línguas indígenas praticadas no território brasileiro e com línguas de imigração, considerando-se uma situação de confronto que, no espaço de enunciação brasileiro, marcado politicamente pelos sentidos da colonização, repercute de forma singular na constituição sócio-histórica do que se entende por brasilidade, por língua nacional e pelo que historicamente se admite como saber sobre esta língua.

Desses primeiros projetos e estudos que se voltaram à compreensão das bases da construção da identidade nacional pela língua, uma gama de pesquisas foi desenvolvida ao longo dos anos, trazendo à tona uma dimensão política da linguagem, a partir do que é próprio da sua constituição, qual seja, a sua exterioridade discursiva. A exterioridade, neste caso, não diz respeito a algo exterior à própria linguagem, mas sim à memória, ao interdiscurso, aquilo que fala sempre antes e independentemente e que faz com seja no discurso que o homem produza a realidade com a qual ele está em relação³ (Orlandi, 2007). O posicionamento teórico é, assim, determinante no que concerne a uma superação e a um distanciamento de campos de estudo que se ancoram na separação língua e fala, pressupondo a língua como sistema autônomo e o sujeito como fonte do sentido, ou que projetam o social na correlação com a linguagem, de forma a compreender que as relações entre línguas em um mesmo espaço de enunciação podem ser trabalhadas apenas em uma visão estritamente linguística, a partir da estratificação de variações ou de categorizações como empréstimo e influência, que, como tal, tendem à naturalização de processos sócio-históricos de confrontos e silenciamentos.

² Ver, a esse respeito, o histórico do programa História das Ideias Linguísticas, desenvolvido na Unicamp na década de 1980 e disponível em <https://www2.iel.unicamp.br/webdocs/iel/hil//historico.html>. Outra referência importante ao programa consta em Scherer et. al. (2021).

³ A respeito da relação entre linguagem e exterioridade, Orlandi (2007, p. 39) elucida que “A noção que trabalha a exterioridade discursiva (ou exterioridade constitutiva) é a de interdiscurso. O que define o interdiscurso é a sua objetividade material contraditória, objetividade essa que, como diz M. Pêcheux (1988), reside no fato de que algo fala sempre antes, em outro lugar e independentemente, isto é, sob a dominação do complexo de formações ideológicas. [...] Aí se explicita o processo de constituição do discurso: a memória, o domínio do saber, os outros dizeres já ditos e ou possíveis que garantem a formulação (presentificação) do dizer, sua sustentação. [...] Essa impessoalidade do sentido, sua impressão referencial, resulta do efeito de exterioridade: o sentido lá”.

A dimensão política da linguagem pressupõe que não haja língua que não esteja afetada desde sempre pelo político, compreendendo-se o político como o fato de que o sentido sempre é dividido (Orlandi, 2007). Tal consideração envolve assumirmos que a linguagem faz parte da vida social dos sujeitos, melhor dizendo, é constitutiva de sujeitos e de sentidos e, portanto, inscreve-se na história para significar. Resulta daí o nosso entendimento, a partir de Gadet e Pêcheux (2004) e Orlandi (2002), de que os modos de existência da linguagem no trabalho conceitual da noção de língua perpassa diferentes instâncias teóricas de pesquisa e análise, sem que, necessariamente, em todos os casos, a leitura já esteja dada ou projete os mesmos efeitos de sentido. No campo discursivo, o afastamento do ideal de língua como objeto autônomo e o questionamento em torno de discursos da ordem do logicamente estabilizado (o que só pode ser assim) e da transparência da linguagem (a literalidade, o sentido único), possibilita depreender efeitos de sentido próprios à língua em diferentes condições de produção. Isso assim procede porque o interesse pelo discurso, e não pela língua enquanto sistema⁴, sustenta a abordagem em torno de gestos de interpretação que tomam forma na textualização do discurso (Orlandi, 2007), constituindo dizeres *de* e *sobre* a língua.

Assim, metodologicamente, segundo Orlandi (2002), considera-se que há língua, em uma dimensão imaginária, que se projeta como sistema fechado, constituindo-se enquanto artefato (simulacro) às teorias que a trabalham em termos de fixação, estabilização, normatização; e há línguas, em uma dimensão fluida, em funcionamento quando projetamos o sujeito no curso de suas experiências e a própria identidade como algo sempre incompleto e em movimento. Ambos os modos de existência, por natureza contraditórios, estão sempre em relação, jamais apartados um do outro, de tal forma que mesmo o que é da ordem do imaginário possui um funcionamento no real (Orlandi, 2002). É essa contradição material que constitui, portanto, a relação do político na linguagem e que se manifesta a partir de direcionamentos de sentidos possíveis e diferenciados ao objeto língua, em um jogo tenso entre o que é reconhecido e o que não é reconhecido, o que é dito e o que não é dito, a unidade e a diversidade, o que é comum e o que é diferente, a liberdade e a coerção, o que é singular e o que é universal.

Isso posto, uma vasta possibilidade de trabalho se abre, em se considerando que somos, no caso do Brasil, mas também de outros territórios, um espaço de muitas línguas. A constituição dos Estados modernos exige a institucionalização de uma ou mais línguas oficiais e nacionais, fazendo da língua “uma questão de Estado, com uma política de invasão, de absorção e de anulação das diferenças, que supõe antes de tudo que estas últimas sejam reconhecidas” (Gadet; Pêcheux, 2004, p. 37). No entanto, muito embora este projeto político de sustentação da unidade do Estado a partir da universalização das relações sociais em nome de uma língua e em detrimento da diversidade, não há língua, seja ela nacional, oficial ou de outra ordem, que não se constitua em relação a outras línguas,

⁴ Aqui vale lembrar as palavras de Pêcheux (2011 [1971], p. 128): “Não devemos deduzir [...] que a língua, enquanto realidade autônoma, desaparece, que a própria gramática não passa de objeto de luta de classes (!). Na realidade, é mais conveniente conceber a língua (objeto da linguística) como a base sobre a qual os processos se constroem; a base linguística caracteriza, nessa perspectiva, o funcionamento da língua em relação a si própria, enquanto unidade relativamente autônoma; e é preciso, por conseguinte, reservar a expressão processo discursivo (processo de produção do discurso) ao funcionamento da base linguística em relação a representações [...] postas em jogo nas relações sociais. Isso permite compreender porque formações ideológicas muito diversas podem se constituir sobre uma única base (resposta ao problema: uma só língua/várias culturas)”.

pois, como afirma Orlandi (2012), as línguas não são objetos etéreos, ou, acrescentamos, intocáveis. Elas são polissêmicas, significam na relação com os sujeitos que as praticam e estão em constante movimento, sendo passíveis de mudar, desaparecer ou (re)significar, à medida em que se constituem como objetos históricos, por natureza incompletos. As línguas, nesse sentido, têm materialidade.

Por que se inscrevem na história para significar, as línguas e as relações entre elas, que, neste trabalho, a partir de Souza (2022), delimitamos como de confronto, não de contato, para não nos deixamos levar pela ideia de afetação, ou, acrescentamos, de superficialidade, são atravessadas por relações de poder que regem seu funcionamento e que as administram, participando também da organização “da produção cultural, científica, social, e [d]a própria relação entre os sujeitos no mundo” (Orlandi, 2012, p. 07). Disso decorre, portanto, política de língua enquanto os efeitos de sentido significados nas divisões e desigualdades inerentes à relação entre línguas e entre línguas e sujeitos, divisões e desigualdades que convergem e divergem entre si, sejam elas significadas no nome das línguas (alemão, língua alemã, dialeto alemão), no estatuto das línguas na relação com a memória e a história (língua oficial, língua nacional, língua franca, língua universal, língua minoritária, língua minorizada, língua silenciada⁵), na relação que as línguas exercem com o sujeito falante (língua materna, língua primeira, língua segunda, língua adicional, língua de acolhimento), nas formas de intermediação pelo aparato jurídico do Estado, ou na relação com saberes que sustentam cada modo de existência. Afinal, reforçamos, em todas as línguas faladas por seres humanos, traços significantes desta pluralidade não se reduzem a uma questão lógico-descritivista, posto que, como afirmam Gadet e Pêcheux (2004), até mesmo as línguas ditas naturais têm suas marcas sintáticas passíveis de deslocamento, transgressão, reorganização, razão pela qual são, portanto, capazes de política.

Estudar os fenômenos da linguagem em torno da noção de política de língua significa, então, para nós, uma prática que se desenvolve em direção ao que é próprio de uma dada historicidade, melhor dizendo, daquilo que participa da constituição do objeto em diferentes temporalidades, inscrevendo sentidos que fixam, que repetem, que retornam, que transformam e se articulam a outros sentidos possíveis, em processos discursivos diferenciados. Esta é uma posição jamais neutra, uma vez que subsidia a forma como compreendemos a relação entre a teoria com a qual nos filiamos e os modos de organização, institucionalização e funcionamento da língua no social⁶. E, já que iniciamos este texto localizando nosso pretense ponto de partida em um contexto de formação, é importante mencionarmos que foi a (re)leitura dos processos políticos e históricos que sedimentam o imaginário de que no Brasil falamos uma única língua, a língua nacional, o ‘pontapé’ para o percurso que descreveremos a seguir.

Ante a interações envolvendo língua x línguas, desconstruindo o exotismo da relação da língua portuguesa com línguas indígenas, africanas, de imigração e de fronteiras, na constituição da cidadania, da nossa brasilidade, de-situando um suposto limite de tais questões ao campo do literário, acabamos percorrendo caminhos interessantes, muitas vezes imprevisíveis, que nos colocaram, prioritariamente, frente à necessidade de pensar o

⁵ Sobre línguas minorizadas e línguas silenciadas, ver Souza (2022).

⁶ Cremos ser este o ponto chave da relação que Orlandi (2002) sinaliza entre política e ética, uma vez que a filiação teórica já é, por si só, um posicionamento que orienta o modo como interpretamos as questões atinentes à linguagem.

modo como fatos de linguagem contemporâneos se fazem presentes no cotidiano dos espaços educacionais, a partir de questões que envolvem identidade, memória e história, produzindo desafios, possibilidades ou repercutindo em orientações ao ensino. E, nesse ponto, convenientemente retornarmos ao ‘começo’, com as palavras de Orlandi na introdução da obra *Política Linguística na América Latina* (1998, p. 08): “O homem não deixa de articular a história dos acontecimentos com a história da ciência que coloca esses acontecimentos como objeto de explicação”. É um pouco disso que trataremos a partir de agora.

Por rotas que escolhemos percorrer no decurso das trajetórias

Nesse lugar teórico em um contexto de formação de professores, o que compreendemos como um lugar de resistência, uma das questões que têm nos envolvido ao longo dos anos são as políticas públicas que incluem a língua como matéria a ser legislada. Muito embora a insipiência de boa parte das legislações, que em geral estão pouco ou muito pouco próximas de alcançar a transformação para a qual são propostas, entendemos que as políticas públicas têm um funcionamento no social e dele emanam, (re)produzindo ou (re)inscrevendo sentidos em imaginários de língua, que não se constituem de forma apartada de determinados saberes que lhes dão sustentação. Sobretudo, pela forma como as trabalhamos, ultrapassando o normativo e questionando o caráter universalizante nelas inscrito, que projeta igualdade de direitos e deveres em condições de produção estruturalmente dissimétricas, compreendemos as políticas públicas como materialidades que significam formas de manutenção de uma dada memória, qual seja, a da unidade e da identidade nacional pela língua, a partir do aparato jurídico de poder do Estado (Cervo, 2024).

De forma genérica, políticas públicas podem ser definidas basicamente como as orientações e respostas que o Estado, suas instituições e agentes produzem para o atendimento de demandas e a resolução de problemas de caráter eminentemente público. Apesar de sua natureza multidisciplinar, atinente a diferentes áreas do conhecimento, em particular, as Ciências Sociais e Humanas, no campo discursivo, nos posicionamos frente a textualizações “de modos de interpelação dos sujeitos pela administração jurídica do Estado” (Pfeiffer, 2010, p. 85), materialidades linguístico-discursivas que podem ser lidas e interrogadas em suas condições de produção e em relação aos mecanismos ideológicos postos em funcionamento na discursividade (Cervo, 2024). Compreendidas deste modo, as políticas públicas passam a ser tratadas metodologicamente como textualizações em que se inscrevem formas políticas de língua, e não como as políticas por elas mesmas.

A esse respeito, dada a existência de uma variedade conceitual e teórica das questões atinentes à dimensão política da linguagem, é conveniente esclarecer que a constituição do Estado moderno, capitalista, a partir das revoluções burguesas, enseja a questão linguística enquanto um projeto político, à medida que, “para se tornarem cidadãos, os sujeitos devem portanto *se liberar* dos particularismos históricos que os entavam: seus costumes locais, suas concepções ancestrais, seus ‘preconceitos’... e sua língua materna” (Gadet; Pêcheux, 2004, p. 37, grifos dos autores). Não obstante, para a constituição do sujeito cidadão, a própria forma-sujeito se modifica, uma vez que o indivíduo passa a ser assujeitado ao Estado e a ser responsabilizado por direitos e deveres, que o fazem livre, ao

mesmo tempo em que submisso. Assim, se a língua se constitui na relação com o sujeito e inscreve-se na história para significar, a noção de política de língua considera o que é prospectado pelo Estado a partir da força do seu aparato jurídico para o gerenciamento da relação entre unidade e diversidade linguística, mas o tratamento do discursivo não possibilita reduzir ou fazer coincidir a noção às leis por elas mesmas.

Das leituras decorrentes em torno da historicidade da língua portuguesa no Brasil e da pesquisa relacionada a políticas públicas que podem ser lidas como significativas dessa memória e história, fomos aos poucos nos deparando com uma variedade de políticas muito mais ampla e numerosa do que as bibliografias relacionadas da área poderiam registrar. Há um número expressivo, principalmente a partir dos anos 2000, de legislações postas em circulação nas esferas nacional, estadual e regional envolvendo alguma questão atinente à língua ou à linguagem. Seja ajustando alicerces conceituais, seja estabelecendo regramentos de usos, funções, ou até mesmo estatutos, tais políticas evidenciam demandas prementes da gestão da unidade e da diversidade linguística, em face de razões variadas, mas, principalmente, de demandas de movimentos sociais, grupos e comunidades que cada vez mais denunciam a fragmentação da suposta unidade nacional, requerendo o direito à língua.

Desta constatação, concretiza-se o Banco de Políticas Públicas sobre Línguas no Brasil (BPL) como grupo de estudos e arquivo de língua, na consideração de processos e práticas sociais contemporâneas que, em funcionamento no discursivo, demandam organização na língua ou nas relações entre línguas. Como arquivo de língua, o BPL⁷, como costumamos referendar, formaliza-se a partir de um banco online para fomento à leitura e à pesquisa, no sentido simplificado da palavra banco como reunião de documentos jurídicos que, em diferentes tempos históricos, normatizam a respeito de língua e de linguagem no território brasileiro, de forma específica na ementa das leis, ou no interior de um conjunto maior de normas. Recorrendo à Zoppi-Fontana (2011) quando a autora se dedica ao estudo a respeito de língua política, entendemos que o BPL se constitui em um arquivo que expõe, sobretudo, processos discursivos em que a língua é, ao mesmo tempo, materialidade possível de inscrição do sentido na história e objeto de sua própria enunciação.

Organizar o BPL como arquivo para fomento à leitura e à pesquisa é, por si só, um gesto político, em se considerando que as ciências dominantes, em sua grande maioria, são alheias a tais políticas, primeiro, porque os textos são prescritivos, não descritivos, o que pressupõe que não se confunda o objeto teórico língua com o objeto abstrato tratado no interior das legislações⁸; segundo, porque, como já mencionado, em razão da forma como

⁷ O BPL é um arquivo construído por estudantes de graduação em Letras dedicados aos estudos que vimos descrevendo e reúne, hoje, mais de 160 legislações que envolvem direta ou indiretamente questões linguísticas, publicadas nas esferas nacional, estadual e regional. O acervo pode ser acessado a partir de uma organização cronológica ou por regiões brasileiras. O recorte temporal que dá limite ao arquivo vai da constituição da República aos dias atuais, mas também dá visibilidade ao Brasil Colônia e ao Brasil Império, mesmo que só se possa falar de políticas públicas no Brasil a partir da constituição do Estado Nacional. É o ponto de vista teórico de que as questões linguísticas no Brasil significam na relação com a colonização e com o processo de formação do Estado Nacional que determina essa expansão do arquivo. Para saber mais, ver em <https://www.ufsm.br/projetos/pesquisa/bpl>.

⁸ A respeito desta diferenciação e remetendo-nos à variedade conceitual das questões que envolve a dimensão política da linguagem, temos, por exemplo, a formulação do conceito de política linguística que, articulado à ideia de planificação, sustenta-se a partir de uma divisão social entre o papel do linguista e o papel do Estado,

são formuladas⁹, as políticas públicas estacionam em um nível de organização e racionalidade que, muitas vezes, assenta-se meramente no senso comum e não encontra suporte em práticas reais. Dar a ver este processo em funcionamento, portanto, é um meio de compreender os modos como se constitui e os efeitos que produz em diferentes condições de produção, além de uma oportunidade de pensarmos em como saberes sobre a língua se formulam e circulam no social, articulando-se com a própria história do conhecimento sobre a linguagem.

Um exemplo ao qual podemos retornar e aludir é o volume de políticas públicas em circulação a partir dos anos 2000 e voltadas ao direito à língua. Analisadas em conjunto, tais políticas organizam-se em uma série, da ordem do repetível, de processos de cooficialização de línguas, de reconhecimentos como patrimônio imaterial e como bens em inventários linguísticos e outras medidas regulatórias que projetam salvaguarda. Como entendemos que o repetível não significa literalidade, mas sim historicidade, partimos do pressuposto de que essas políticas não resultam de demandas do Estado, ainda que ele as autorize, mas sim de grupos e comunidades que requerem o direito à língua em relação à qual se constituem e em relação à qual se identificam. Comunidades vinculadas à memória da imigração, comunidades indígenas, comunidades afro-brasileiras, que se constituem da sua língua, uma língua do afeto, da casa, da comunidade e de memória, significada em uma relação de confronto com a língua portuguesa, a oficial e nacional, advogam junto ao Estado pelo direito de serem nomeadas e identificadas por esta língua outra, pelo direito de promover e comemorar e, também, em alguns casos, pelo direito de aprender e ensinar.

Nesse mosaico de legislações e línguas, um relativismo cultural e linguístico (Orlandi 2012) eclode, colocando em evidência um processo de museificação da relação entre sujeitos e línguas, que se voltam à afirmação de identidades locais e comunitárias, na contramão da unidade imaginária da língua oficial e nacional. Inscreve-se, nessas textualizações, o ideal de preservação, para que a língua, a memória e a história não sejam esquecidas, autoriza-se o Estado a formular documentos administrativos, de divulgação e comemoração nessa língua outra, firma-se o compromisso do desenvolvimento de ações educativas patrimoniais, ao mesmo tempo em que se proíbe qualquer ato discriminatório ou preconceito linguístico decorrente do uso desta língua. Ante a esta conjuntura de regulações, não é difícil concluirmos que há uma contradição primeira que se instaura no próprio funcionamento do político, à medida que o ato administrativo beneficia juridicamente um grupo, confirmando assim a sua inclusão, ao mesmo tempo em que passa a excluir outros grupos e outras práticas que não se identificam nesse espaço de projeção. Universalidade, totalidade e dissimetria não caminham juntas, portanto.

Afora este aspecto, é na língua, pela língua, que o equívoco acontece, dando forma material a uma outra contradição: reconhecer uma língua outra no interior do aparato jurídico brasileiro requer um ato autorizativo e oficial em língua portuguesa, que, como tal, reafirma o seu estatuto de oficial e, acrescentamos, nacional, dada a sobreposição em

demarcando quem de fato têm as ferramentas necessárias ao estudo, à descrição e instrumentação das línguas e quem tem o poder de transformar ações políticas em ações normativas a serem planejadas e implementadas, como se fosse possível implementar políticas de modo harmônico e linear. Tal divisão, ainda que tenha o seu lugar e a sua importância, assenta-se em um ideal de neutralidade das teorias frente ao modo como definem e trabalham o seu próprio objeto. Afinal, como coloca Pêcheux, “toda descrição se abre à interpretação” (2002, p. 54).

⁹ Ver, a esse respeito, Cervo (2024).

funcionamento no Brasil. (Re)inscrevendo na discursividade o imaginário do que vem a ser e significar língua oficial e nacional, (re)inscreve-se também todo um modelo de língua que sustenta esse imaginário e que se liga diretamente a um saber gramatical, difundido particularmente no campo escolar. Isso justifica a menção ao preconceito linguístico, admitindo-se a existência dessa língua outra na relação com a língua portuguesa, ao mesmo tempo em que situando-a em um lugar outro, admissível, por óbvio, não melhor, nem pior, mas estigmatizado. Exterioridade vista como defeito, o que não é culto ou padrão. Isso posto, questionamos: é possível tratar de preservação de línguas e memórias, impondo a supremacia de um modelo de língua considerado ideal? Que formação de professores é necessária ao tratamento de línguas como patrimônio, na perspectiva educacional? Quais são as consequências de meramente replicarmos, nos espaços educativos, o imaginário de que uns falam certo e outros errado, de que há modelos adequados a determinados contextos de comunicação e não a outros, em ações que se propõem ultrapassar o ideal de totalidade e unificação no e do espaço linguístico?¹⁰

Conforme Orlandi (2012), o relativismo cultural e linguístico significa enquanto efeito da mundialização e dos discursos do multilinguismo e do multiculturalismo e produz, como uma de suas consequências, o fortalecimento do monolinguismo, em função da exposição das reais condições que essas línguas outras têm de se impor em relação à língua portuguesa. Fala-se de línguas, de muitas línguas, de multilinguismo, enumeram-se e afirmam-se essas línguas, pretendendo-se admitir diversidade, quando, por outro lado, pratica-se uma gestão de reforço de diferenças e exclusões. Souza (2022, p. 28), a esse respeito, questiona: “Multi - por quê? Por que são muitas as expressões culturais? Muitas as línguas? Ou por que são expressões culturais de todos e de qualquer um?”. Conforme a autora (2022, p. 28), “Multi - numa perspectiva discursiva - não significa diversidade, mas sim uma prática que, quando universaliza, segrega”. Daí as formas de política de língua como leituras dos dizeres de e sobre língua.

Por vivências que as trajetórias proporcionam

Para ilustrar o que vimos construindo, à guisa de (pretensamente) darmos sentido às considerações que articulamos entre política de língua e políticas públicas na pesquisa e no ensino, vamos agora nos deter, ainda que brevemente, em uma vivência que estamos experienciando por meio de uma ação de extensão vinculada ao projeto “Política de Línguas na Região da Quarta Colônia/RS: história, memória e educação para a alteridade”¹¹. Nesta prática de extensão, propomo-nos investir em ações voltadas à história

¹⁰ É importante observarmos que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) adota essa mesma perspectiva nas diretrizes ao ensino da língua portuguesa na educação básica, ao articular patrimônio cultural e diversidade linguística. Um texto interessante a respeito é “Sentidos de línguas brasileiras na BNCC: tensões entre imaginários de unidade e diversidade” (Dias; Nogueira; Souza, 2021), em que as autoras confrontam os dizeres da BNCC sobre multilinguismo, multiculturalidade, multiletramento, demonstrando que os sentidos de multi- abarcam um imaginário de totalidade, de forma flexível, mencionando línguas, no plural, sem, contudo, ofertarem formação adequada para o tratamento dos direitos (às línguas). De nossa parte, ressaltamos este último aspecto, uma vez que entendemos que, se o ensino e a aprendizagem em torno de línguas como patrimônio cultural recair em questões de usos admitidos e preconceitos linguísticos, como orienta a BNCC, estaremos praticando mais do mesmo.

¹¹ O projeto é desenvolvido em conjunto com a Profa. Amanda Eloina Scherer, também da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), e resulta de duas frentes de trabalho que envolvem língua, história e

e à memória da região da Quarta Colônia, no Rio Grande do Sul, enquanto ações de educação patrimonial que entendemos dever ser voltada ao respeito e ao reconhecimento da alteridade. A articulação entre política de língua e educação patrimonial, nesse caso, justifica-se pela história da formação deste território chamado de Quarta Colônia, situado na região central do Estado do Rio Grande do Sul e formado por nove municípios, assim como pela singularidade da sua condição enquanto Geoparque Mundial da Unesco, selo concedido em 2023 pelo órgão internacional, em decorrência, particularmente, de questões geológicas, naturais, paleontológicas e arqueológicas que são consideradas como de valor expressivo.

Do ponto da historiografia e da cultura, a Quarta Colônia de Imigração Italiana, como assim é chamada, deriva de um processo de colonização europeia de províncias brasileiras, no século XIX, sendo a quarta área de assentamento de imigrantes italianos no Rio Grande do Sul. Na história do Brasil, assim como foi um dos espaços de investimento do governo brasileiro para o desenvolvimento e a diversificação da economia, foi também alvo de políticas de censura e repressão aos imigrantes e às suas línguas, durante as políticas de promoção da unidade nacional, na era Vargas. Assim, em se tratando de história oficial e memória coletiva, representa um território que se reconhece e se promove pela memória e pela história gloriosa da imigração, em particular pelo vínculo identitário ao imigrante italiano, à sua língua e à religião católica.

Já na condição de Geoparque, a Quarta Colônia vem experienciando um programa de educação patrimonial permanente e multidisciplinar que tem exigido uma revisão ou ainda uma desconstrução do seu discurso sobre origem, à medida que as ações educativas e os investimentos realizados trazem à tona toda uma diversidade de povos, hábitos, saberes e fazeres que estão material e simbolicamente significados na constituição do território. Entre dinossauros, cujas ossadas têm sido paulatinamente descobertas, e italianos e brasileiros, estão espanhóis, portugueses, alemães e indígenas, sendo que, no caso destes últimos, os vestígios vem se tornando visíveis pouco a pouco, a partir do levantamento de registros de viajantes e de descobertas de pedras lascadas e cerâmicas que remontam da antiguidade até a organização dos territórios pelos imigrantes. Além deles, comunidades quilombolas, reconhecidas como tal pela Fundação Palmares, e que atestam a remanescente de um passado violento e escravocrata.

De uma memória e uma história homogeneizantes, que muitas vezes se coloca de encontro à própria língua portuguesa, a constituição do Geoparque dá a ver um espaço de sujeitos e línguas, sujeitos entre línguas, línguas do passado, línguas do presente, línguas da memória. Línguas que, pela questão cronológica da existência do povo, nem se sabe que já foram faladas, que talvez nunca tenham sido ouvidas, mas que se inscrevem material e simbolicamente no cotidiano, a partir de modos de ver e explicar o mundo, de modos de nomear, de organizar, de descrever a fauna e a flora, de fazer-saber, de contar, de escriturar memórias. Por essa razão, a proposição de política de língua no sentido da construção de um espaço de reflexão crítica e produção de conhecimento sobre o modo como as questões de linguagem podem ser trabalhadas em uma perspectiva de reconhecimento de diferenças, para a (re)significação do que vem a se constituir hoje a Quarta Colônia. Isso envolve a língua portuguesa, em sua tessitura de memórias, na sua história e na forma

memória, quais sejam, o [Centro de Documentação e Memória](#), sediado no Espaço Multidisciplinar de Pesquisa e Extensão da UFSM em Silveira Martins/RS, e o próprio BPL.

como ela se constitui a partir do confronto com outras línguas, mas vai além, porque a língua é fluida e nela não há limites ou demarcações. As línguas, diz Orlandi (2017), em sua fluidez, acolhem nossas relações com muitas outras e nos levam nos caminhos de nossa identidade.

A ação de extensão tem desenvolvido suas atividades junto a uma comunidade quilombola denominada Rincão do Santo Inácio, localizada no interior do município de Nova Palma/RS. Antes de ter esse nome, a Santo Inácio era conhecida como Passo da Cadeia, em função da localização geográfica (em forma de buraco no alto do morro) que, pelos registros existentes, sustentados na memória oral e no mito, era local de abrigo de negros escravizados que fugiam das fazendas, além de indígenas e desertores da Revolução Farroupilha e bandeirantes paulistas. Popularmente, a comunidade também é referida como Quilombo Vovó Isabel, em homenagem a uma ex-escrava e à sua família, a única que os moradores da localidade e os documentos oficiais conseguem mencionar pelo nome como parte identificável de um antigo espaço de refúgio e que é, portanto, o lastro da memória e o nome da história (no sentido proposto por Ranciére, 1994, p. 09).

Como se pode observar a partir das formas de nomear a comunidade, estamos frente a um processo discursivo em que as condições materiais de existência dos sujeitos são determinadas por sentidos que, da colonização até hoje, são reproduzidos, de forma a manter a estigmatização entre quem é sujeito, quem não é sujeito, quem pode ser salvo, quem não pode ser salvo (vide Santo Inácio). Sobretudo, trata-se de uma comunidade que não faz parte da memória coletiva e da história oficial e que só subsiste enquanto remanesce a partir da cartorialidade, do registro escrito da existência de Maria Isabel Rafaela, a Vovó Isabel. Do ponto de vista da língua, em meio a esse histórico de luta e resistência, não há indícios, tampouco memória de línguas africanas, sequer do uso atual de línguas afro-brasileiras. Há relatos de benzeduras que eram realizadas pelos antigos e que ninguém podia escutar e que, quando escutava, não entendia. E há um imaginário do que venham a ser línguas de matriz africana, pela prática da capoeira, que hoje é introduzida na comunidade para ser ensinada às crianças. Nas atividades de escuta, reconhecem-se lapsos, marcas do que poderíamos referir como uma memória de italianidades na língua, não porque os sujeitos querem falar italiano, mas porque aprender as línguas faladas pelos donos das terras sempre foi uma questão de sobrevivência.

Diante dessas condições de produção em que a memória e a história são colapsadas a tal ponto de quase não se fazerem continuidade e registro, sendo institucionalizadas por órgão público, mas mantidas por sujeitos que só têm condições de imaginar como fora o passado, não faz sentido propormos uma ação de política linguística, pois não há uma organização na relação entre línguas a ser feita para a preservação de bens patrimoniais. A língua é a língua portuguesa, em suas muitas memórias e em suas diferentes formas de historicização. Ainda que uma medida de política linguística possa ser aplicada ao território de forma mais ampla, dada a sua diversidade, ela não atende a necessidade de esta comunidade, o município que integra e a região como um todo ressignificarem a forma como praticam e compreendem seus vínculos identitários e de pertencimento.

Por isso, entendemos que o desenvolvimento das ações deve iniciar pela prática do reconhecimento e do respeito pelo passado, sem apagá-lo ou fazer dele uma ode. Isso porque, as condições reais de existência dessa comunidade não lhes são exclusivas, e sim singulares, e o exotismo é uma demonstração de desconhecimento. Quilombos não são

espaços limitados aos marcos históricos da escravidão. Eles materializam-se, hoje, como instrumentos ideológicos de resistência, da luta negra contemporânea e das suas relações com a terra (Arruti; Silva, 2023). Também, porque não é nosso compromisso forçar que uma memória e uma história oficial abram-se a outras, para a inclusão e reparação de déficits, e sim contribuir para uma ressignificação de sentidos no presente e na construção de um futuro que nos permita, nas palavras da pesquisadora Vergès (2023), um salto de imaginação.

Nosso papel, entendemos, é criar formas de valorização do presente, compreendendo que ele se constitui na conjunção com o que já passou e com o que se projeta para o amanhã. É o presente, as práticas cotidianas tradicionais, o que é compartilhado enquanto coletividade, o que é ensinado de geração em geração, que precisa ser assumido em seu ‘universalismo histórico’ (cf. Orlandi, 2017), na constituição do que é e do que representa o quilombo hoje, para que os próprios sujeitos possam se reconhecer em seus modos particulares de historicização e significação. Antes de continuarmos, é importante mencionar que o próprio município, motivado pelas demandas do Geoparque, já desenvolve algumas iniciativas, a partir da publicação de uma lei que autoriza as escolas municipais a trabalharem a educação patrimonial como conteúdo transversal e uma outra lei relativa a um comitê de igualdade racial¹². Tais medidas são um começo, mas, como vimos construindo, sozinhas, ou pela mera verticalização, não vão fazer diferença. Não se troca uma memória por outra a partir de ações altruístas do Estado, que substituem de forma instantânea silenciamento por progresso (Vergès, 2023). A mera troca não inscreve. E, quando não há inscrição, não há sentido.

É somente a prática insistente e cotidiana das ações educativas que pode intervir no presente. Por isso, assim como política de língua, educação patrimonial também não deve ser praticada no sentido da repetição e da universalidade, e sim a partir da abertura para deslocamentos e transformações que nos permitam trabalhar aprendizagens pelas diferenças (Scherer, 2021). Essas aprendizagens, tal como as compreendemos, não são restritas ao município ou estão sob a responsabilidade exclusiva dos professores das escolas. Educação é um processo. Por isso, na educação superior, na formação de futuros professores, também somos responsáveis pela produção de conhecimento sobre língua, identidade e memória e pela sensibilização ao tratamento adequado dos conhecimentos sobre a linguagem, para que seja possível aos sujeitos compreender diferentes realidades, diferentes modos de historicização pela língua e, então, agir sobre eles. Neste ponto, retornamos ao modo como contamos a história da língua que nos constitui, entendendo que, trabalhando em direção às diferenças é, sim, possível produzirmos um conhecimento sobre a língua que seja passível de retornar para o saber a língua de cada sujeito (Pfeiffer, 2005), e não nos satisfazermos apenas com o ensino e a aprendizagem de modelos a serem adquiridos. Compreender que não nos constituímos fora de uma relação com o outro é essencial para superarmos a indiferença e a distância que se impõe quando a língua vira matéria de qualificação.

¹² Lei Municipal n. 1.881, de 29 de setembro de 2021, que inclui Educação Patrimonial no Currículo Escolar e nas aulas ministradas nas escolas públicas da rede de ensino no município de Nova Palma, e Lei Municipal n. 1.892, de 23 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial do Município de Nova Palma - RS, e dá outras providências.

De forma mais pontual, destacamos também a importância de refletirmos minimamente sobre as relações sócio-históricas de poder que regem as relações entre oralidade e escrita na nossa sociedade e que impactam na constituição de arquivos e nas formas históricas de divisão entre quem tem acesso a direitos e quem é deles privado. Tal reflexão se justifica pelas diferentes formas de escrituração de memórias e histórias, afinal, se estamos tratando de educação patrimonial, estamos tratando de guarda, de manutenção e projeção, de arquivo. No caso em tela, diríamos que as formas de escrituração próprias à comunidade são prioritariamente da ordem da oralidade, não se pressupondo que seja uma sociedade sem escrita, mas porque são as narrativas da e na oralidade que materializam memórias e histórias, em processos de rememoração e comemoração do que é singular ao grupo e dos valores que devem ser transmitidos¹³. Em quilombos, afirma Bispo (2023, p. 25), “contamos histórias na boca da noite, na lua cheia, ao redor da fogueira. [...] Na cidade grande, contudo, só tem valor o que vira mercadoria. Lá não se contam histórias, apenas se escreve”. E não é porque se trata de oralidade que não existe arquivo (Souza, 2022), pois a oralidade não fixa como a escrita, mas também perpetua ao longo dos tempos. Reside aí a necessidade de também compreendermos essas dimensões políticas da linguagem e trabalharmos-las, entendendo que tratar de língua é também tratar de formas de viver, de contar, de saber, de fazer, de organizar os territórios na relação com as paisagens, pois tudo isso é marca de escrituração das memórias do sujeito e, portanto, também das memórias da e na língua. Daí a educação patrimonial, na perspectiva de política de língua, para a construção de bases necessárias a um novo devir.

Pelo que as trajetórias nos ensinam

Antonio Bispo, um líder quilombola que faleceu recentemente, trabalha a relação entre as palavras troca, compartilhamento e confluência de uma maneira que consideramos pertinente a este fechamento. Citamos aqui o autor, como uma forma de também homenageá-lo:

Quando ouço a palavra *confluência* ou *compartilhamento* pelo mundo, fico muito festivo. Quando ouço *troca*, entretanto, sempre digo: “Cuidado, não é troca, é compartilhamento. Porque a *troca* significa um relógio por um relógio, um objeto por um objeto, enquanto no compartilhamento temos uma ação por outra ação, um gesto por outro gesto, um afeto por outro afeto. E afetos não se trocam, se compartilham. Quando me relaciono com afeto com alguém, recebo uma recíproca desse afeto. O afeto vai e vem. O compartilhamento é uma coisa que rende (Bispo, 2023, p. 36, grifos do autor).

A partir de Bispo, entendemos que as reflexões que propomos não são troca, porque conhecimento não substitui conhecimento, teoria não substitui teoria, memória e história não substituem memória e história. As reflexões são soma, compartilhamentos, relação. Nosso papel como pesquisadores e educadores é proporcionar a construção de espaços “para que a relação com a língua não seja realizada no efeito imobilizador da

¹³ Destacamos a oralidade, a partir de Souza (2016), e não o oral, porque o oral tem como parâmetro a escrita.

totalidade, mas na possibilidade sempre presente, atuante, do diferente, do outro, no mesmo: a inscrição histórica do sujeito no dizer” (Pfeiffer, 2005, p. 35). Sair da totalidade, do desejo de tudo igualar, e praticar diferenças é um exercício difícil, porém necessário, quando queremos seguir outros rumos da história, na consideração de uma língua que se faça morada ao sujeito (Scherer, 2019).

Referências

ARRUTI, José Maurício; SILVA, Givânia Maria. Quilombos. *In*: RIOS, Flávio; SANTOS, Marcio André; RATTI, Alex (orgs.). **Dicionário das relações étnico-raciais contemporâneas**. São Paulo: Perspectiva, 2023. p. 286-289.

AUROUX, Sylvain. **A revolução tecnológica da gramatização**. Tradução: Eni P. Orlandi. Campinas: Ed. da Unicamp, 1992. p. 11-35.

CERVO, Larissa M. Do fato da língua na constituição de políticas públicas: arquivo, memória e imaginário. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, SC, v. 24, p. 1-15, 2024. e-1982-4017-24-24. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ld/a/QmcqPnfPXsr6vsdqNtrhVfP/>. Acesso em: 28. jul. 2024.

DIAS, Juciele P.; NOGUEIRA, Luciana; SOUZA, Tânia C. Clemente de. Sentidos de línguas brasileiras na BNCC: tensões entre imaginários de unidade e de diversidade.

Policromias – Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som, v. 6, n. 3, p. 318-339, set.-dez. 2021. Disponível em:

<https://revistas.ufrj.br/index.php/policromias/article/view/49457/26980>. Acesso em: 28 jul. 2024.

GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel. **A língua inatingível**: o discurso na história da linguística. Tradução: Bethania Mariani e Maria Elizabeth Chaves de Mello. Campinas: Pontes, 2004.

ORLANDI, Eni P. Confronto pela linguagem. *In*: _____. (org.) **Política Linguística na América Latina**. Campinas: Pontes, 1988. p. 7-10.

ORLANDI, Eni P. **Língua e Conhecimento linguístico**: para uma História das Ideias no Brasil. São Paulo: Cortez, 2002.

ORLANDI, Eni P. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Campinas: Pontes, 2007.

ORLANDI, Eni P. Espaços linguísticos e seus desafios: convergências e divergências. **Rua**, Campinas, v. 2, n. 18, p. 1-19, nov. 2012. Disponível em:

<https://www.labeurb.unicamp.br/rua/anteriores/pages/pdf/18-2/1-18-2.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2024.

ORLANDI, Eni P. Formas de conhecimento, informação e políticas públicas. **Animus** - Revista Interamericana de Comunicação Midiática, v. 9, n. 17, p. 11-22, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/animus/article/view/2373>. Acesso em: 28 jul. 2024.

- ORLANDI, Eni P. **Eu, tu, ele**. Discurso e real da história. Campinas: Pontes, 2017.
- PÊCHEUX, Michel. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. 3. ed. Tradução: Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 2002.
- PÊCHEUX, Michel.[1971]. Língua, “linguagens”, discurso. *In*: ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso**: Michel Pêcheux. Textos escolhidos por Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 2011. p. 121-129.
- PFEIFFER, Claudia Castellanos. Políticas públicas de ensino. *In*: ORLANDI, Eni P. (org.). **Discurso e políticas públicas urbanas**: a fabricação do consenso. Campinas: RG, 2010. p. 05-10.
- PFEIFFER, Claudia Castellanos O saber escolarizado como espaço de institucionalização da língua. *In*: GUIMARÃES, Eduardo; PAULA, Mirian Brum de. (orgs.) **Sentido e Memória**. Campinas: Pontes, 2005.
- RANCIÈRE, Jacques. **Os nomes da história**: um ensaio de poéticas do saber. Tradução: Eduardo Guimarães e Eni P. Orlandi. São Paulo: EDUC/Pontes, 1994.
- SANTOS, Antônio Bispo do. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu / Piseagrama, 2023.
- SCHERER, Amanda E. O nome da língua... Um modo de fazer... **Gragoatá**, v. 24, n. 48, p. 14-24, jan./abr. 2019. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/gragoata/article/download/33617/19604/111872>. Acesso em: 28. jul. 2024.
- SCHERER, Amanda E. Educação patrimonial: língua e alteridade. *In*: PADOIN, Maria M.; FIGUEIRÓ, Adriano; CRUZ, Jorge A. S. (orgs.). **Educação patrimonial em territórios geoparques**: uma visão interdisciplinar na Quarta Colônia. Santa Maria: FACOS-UFSM, 2021. p. 130-145.
- SCHERER, Amanda E.; *et. al.* História das Ideias Linguísticas e sua institucionalização: um primeiro percurso em um programa coletivo de pesquisa. **Linguagem & Ensino**, v. 24, n. 3, p. 646-659, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/rle/article/view/19984>. Acesso em: 28 jul. 2024.
- SOUZA, Tânia C. Clemente de. Línguas indígenas: memória, arquivo e oralidade. **Policromias** - Revista de Estudos do discurso, imagem e som, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 36-55, dez. 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrrj.br/index.php/policromias/article/view/7710/6228>. Acesso em: 28 jul. 2024.
- SOUZA, Tânia C. Clemente de. Política linguística, política de línguas indígenas e línguas silenciadas. *In*: FIGUEIREDO, Alessandra Araújo *et. al.* (orgs.). **Políticas linguísticas e as línguas indígenas brasileiras**. Campinas: Pontes, 2022. p. 15-30.

ZOPPI-FONTANA, Mónica. Língua política: modos de dizer na/da política. *In*: ZANDWAIS, Ana; ROMÃO, Lucília (orgs.). **Leituras do político**. Porto Alegre: UFRGS, 2011. p. 65-82.

VERGÈS, Françoise. **Descolonizar o museu**: programa de desordem absoluta. Traduzido por M. Echalar. São Paulo: UBU, 2023, p. 7-80.